

PINGA-FOGO

■ **MINISTRO RECEBE HAMMES** - Quatro dias após ter sido aclamado, com 74% dos votos válidos, o prefeito eleito de Petrópolis, Hingo Hammes (PP), já estava cumprindo agenda em Brasília. Ele foi recebido, com todas as honras, pelo ministro do Turismo, Celso Sabino, que já havia se comprometido a apoiar o turismo petropolitano. Acompanhado do conselheiro Cláudio Magnavita, membro do Conselho Nacional de Turismo, por indicação do próprio ministro Sabino na vaga destinada a brasileiros de notório saber do setor; do vereador Fred Procópio; e do representante do Conselho de Turismo de Petrópolis, Rodrigo Paiva.

■ O secretário de Estado de Turismo do RJ, Gustavo Tutuca, deputado estadual pelo Partido Progressistas, a mesma legenda de Hingo, participou da audiência e avaliou os pleitos apresentados ao ministro. O principal deles é a instalação de um Centro de Convenções e de Eventos em Petrópolis de porte médio, instrumento que servirá para reduzir a reduzida ocupação hoteleira na baixa estação. O ministro prometeu apoiar o centro e pediu que o projeto fosse encaminhado com a maior brevidade.

■ Além do Centro de Convenções, foi apresentado o pleito de iniciativas como a inclusão de Petrópolis no Roteiro de Turismo Cível, valorizando o período imperial; a implantação de um projeto de sinalização turística que inclua o trecho de subida da serra; o apoio ao calendário de eventos como a BauernFest; e obras de infraestrutura.

■ O ministro Sabino reconhece a importância turística e histórica de Petrópolis como destino brasileiro, destacando que a cidade é um dos destinos prioritários do MTur. Aceitou o convite para participar, no primeiro semestre, de um Encontro Nacional de Prefeitos de Cidades Turísticas de Serra, que será realizado pelo prefeito Hingo Hammes, reunindo colegas de todo o Brasil para o debate de agendas comuns, como o turismo de inverno, a vulnerabilidade geográfica para acidentes climáticos, e promoção conjunta.

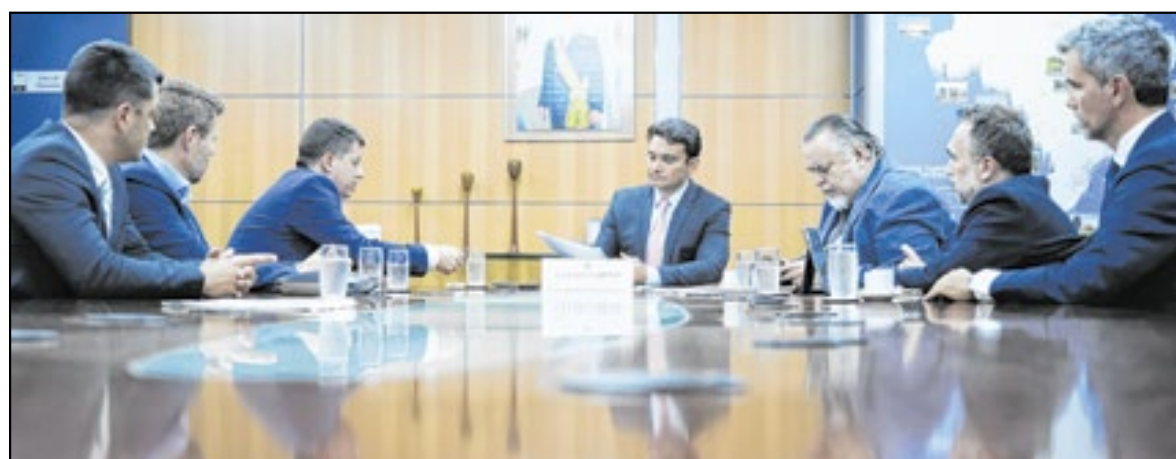
■ Após a audiência com o ministro, se transformou em uma reunião de trabalho do gabinete do secretário Nacional de Infraestrutura, Crédito e Investimento do MTur, Carlos Henrique Sobral; com o diretor de infraestrutura do ministério, Cláudio Vasques, quando foi tratado da aceleração do convênio de recuperação do Theatro Dom Pedro e os processos que estão em andamento na pasta.



Fotos Roberto Castro



Da esq. para a dir: o vereador Fred Procópio; o prefeito eleito de Petrópolis, Hingo Hammes; o ministro Celso Sabino; o secretário de Turismo do RJ, Gustavo Tutuca; o conselheiro Cláudio Magnavita, membro do Conselho Nacional de Turismo; e Rodrigo Paiva, do Conselho Petropolitano de Turismo



Hingo apresentou ao ministro a proposta de construção de um Centro de Convenções em Petrópolis, um espaço que vai contribuir significativamente para o fluxo de turistas na cidade



O prefeito eleito de Petrópolis, Hingo Hammes, ao centro, com Magnavita (e) e o ministro do Turismo, Celso Sabino



Durante a reunião, o prefeito eleito de Petrópolis, Hingo Hammes (d), e o secretário de Estado de Turismo do RJ, Gustavo Tutuca (e)



Magnavita, membro do Conselho Nacional de Turismo, com o ministro Celso Sabino



Ministro Sabino já havia se comprometido a apoiar o turismo petropolitano

■ O turismo é uma das atividades que mais rápido responde ao apoio governamental e a parceria nova gestão e Ministério do Turismo colocará Petrópolis no lugar de destaque que sempre mereceu.

■ **TRAGÉDIA ANUNCIADA** - É extremamente preocupante as informações fornecidas pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), faltando menos de 2 meses para o início do

verão. Cerca de 6 cidades da Baixada Fluminense ainda não elaboraram nenhum plano de drenagem para o enfrentamento de emergências climáticas. Os municípios de Nova Iguaçu, Mesqui-

ta, Nilópolis, Japeri, Queimados e Seropédica não apenas ignoram solenemente os episódios recorrentes de alagamentos na região, como desrespeitam frontalmente a lei federal de nº 14.904, que determina de maneira objetiva que municípios, estados e União elaborem planos para evitar as tragédias climáticas. A Baixada Fluminense ano após ano sofre com esta problemática, que aparenta sensibilizar muito pouco (ou em absolutamente nada) certos administradores públicos da região.

■ **NA BEIRA DO COLAPSO** - O deputado estadual Jari Oliveira (PSB) sinalizou a intenção de colocar o Rio Paraíba do Sul no centro das atenções da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) com uma audiência pública marcada para novembro com o tema 'Rio Paraíba do Sul: Desafios e Perspectivas'. Apesar de não ter divulgado detalhes sobre o encontro, a pauta focará nas melhorias do rio que perpassa e abastece boa parte do Estado do Rio. Isso porque, a nascente do rio, assim como as margens e bacia, se encontram comprometidas pelo desmatamento e desbarreamento que, ainda, são somados aos níveis de poluição e agravados ainda mais pelos resíduos químicos.

■ **ISENÇÃO PARA MEDICAMENTOS RESOLVIDA** - Na sexta-feira (25), como tinha informado em primeira-mão o Correio da Manhã, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha editado Medida Provisória para corrigir o cochilo do Congresso, que tinha deixado caducar a primeira MP que mantinha a isenção de impostos na importação de medicamentos. Era uma sucessão de erros do Congresso. Quando incluiu como "jabuti" a chamada "taxação das blusinhas" no projeto do Programa Mover, o Congresso esqueceu-se de manter a isenção que havia para importação de medicamentos até US\$ 10 mil, o que comprometeria a saúde de milhares de pessoas. Para resolver o problema, o governo manteve a isenção numa MP, que o Congresso, então, esqueceu-se de votar. A MP caducou, e o governo editou nova medida.

■ Na quarta-feira (30), a Câmara finalmente fez o dever de casa. Além da MP, aprovou projeto no mesmo sentido do líder do governo, José Guimarães (PT-CE) na noite de quarta. O projeto sacramenta agora a isenção, mantendo o que estava estabelecido desde 2023 no programa Remessa Conforme.

Fernando Molica

Os órfãos das pautas da esquerda

Ao adaptar algumas de suas pautas a tendências conservadoras da maioria da população, setores da esquerda não convencem quase ninguém e abandonam seus eleitores tradicionais.

Os casos de descriminalização do aborto e das drogas são exemplares. Na recente campanha, Guilherme Boulos (Psol), ao ser questionado sobre os temas, poderia ter ressaltado que são temas federais, não de prefeitos.

Preferiu, porém, dizer que é a favor apenas das situações de interrupção voluntária de gravidez previstas em lei. Em relação às drogas, disse que defende a diferenciação de traficante de usuário, algo que também está na legislação e que foi reafirmado pelo Supremo Tribunal Federal (ainda que a decisão deixe margem para subjetividades por parte da polícia).

Em 2018, o programa da chapa à Presidência encabeçada por Boulos registrado no Tribunal Superior Eleitoral tratava dos temas de maneira bem diferente: "A descriminalização e legalização do aborto de forma segura e gratuita é uma das pautas a serem defendidas como condição de vida das mulheres cis e homens trans em nosso país", cravou.

A palavra "aborto" é citada oito vezes. O texto ressalta que o IBGE estima em 7,4 milhões o número de brasileiras que já fizeram pelo menos um aborto, cita que a Organização Mundial da Saúde calcula que um milhão de mulheres se submetem à interrupção insegura de uma gravidez no país.

"O aborto é o quinto maior causador de mortes maternas no Brasil, sendo que mulheres negras tem o do-

bro de chances de vir a óbito", diz o programa, que ainda cita ação movida pelo Psol no STF para decriminalizar a prática.

O mesmo em relação a drogas que, diferentemente do álcool e do tabaco — que, de longe, causam mais danos à saúde pública que as substâncias ilegais — têm comercialização e mesmo consumo proibidos entre nós.

A palavra "drogas" é mencionada 25 vezes no programa. O texto frisa o fracasso da chamada guerra às drogas e sua contribuição para o aumento da população carcerária, destaca que um em cada três presos do país responde por tráfico.

O programa lembra que, desses presos, boa parte é formada por "varejistas das substâncias ilícitas, presos em flagrante, sem armas, sem pratica-

rem violência e sem vínculos orgânicos com organizações criminosas".

Ressalta também que a proibição do uso de tais substâncias não reduziu seu consumo e fala de maneira explícita sua legalização: "(...) vamos propor uma lei que anistie as pessoas presas injustamente por tráfico de drogas e, por fim, fazer um processo gradual e seguro de regulamentação da produção e do comércio de substâncias hoje consideradas ilegais, a começar pela maconha."

O texto fala na criação de programas de saúde e de assistência a usuários de drogas, mas reconhece também o "o direito individual ao uso recreativo" de tais substâncias.

É bem provável que se tivesse citado essas posições na última campanha, Boulos sequer tivesse chegado

ao segundo turno. O problema é que, mesmo abrindo mão das propostas, ele manteve o mesmo percentual de votos de quando concorreu à prefeitura em 2020.

Pior: deixou de apresentar propostas que, embora polêmicas, precisam ser encaradas e discutidas com maturidade e não com base em chavões religiosos e fundamentalistas. Apresentá-las é fundamental para o debate — olho no olho, pra usar o mote do psolista. Ao negá-las, Boulos colaborou para demonizar ainda mais os que a elas se dedicam.

Ao abrir mão de suas ideias, a esquerda como a representada pelo Psol perde parte da razão de existir. Como um carro atolado, acelera muito para não sair do lugar — até porque não faz sentido percorrer a mesma estrada da direita.